



JUSTIFICATIVA

A marginalização de pessoas com identidade de gênero divergentes no Brasil é nítida quanto ao acesso ao mercado de trabalho. De acordo com levantamento feito pela ANTRA, a fonte de renda da população trans está 90% sustentada na prostituição e informalidade[5], escancarando a falta de políticas públicas que garantam o direito dessas pessoas entrarem no mercado de trabalho formal e ter seus direitos constitucionais garantidos. Segundo nota divulgada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA sobre a implementação de cotas nas universidades para pessoas trans, essa exclusão tem início ainda em idade escolar, com o não acolhimento à diversidade nas instituições de ensino e também nos núcleos familiares, o que contribui para a evasão escolar de pessoas travestis e transexuais antes mesmo da conclusão do ensino médio. A falta de acesso à formação e especialização em uma área impõe o mercado informal como única possibilidade de vivência para essa população.

Por isso, faz-se necessária a implementação da "Semana Municipal da Empregabilidade e Capacitação de travestis, pessoas transgêneras e não-binárias" como meio de fomento à inclusão dessa força de trabalho no mercado formal. Além disso, o incentivo à formação e capacitação permite a diversificação das possibilidades de vivência de travestis, pessoas transgêneras e não-binárias, o que reduz também a violência à que essa população está submetida. Atualmente, o movimento de pessoas transexuais e travestis conquistou alguns direitos básicos como, por exemplo, o direito ao uso do nome social e a retificação do nome de registro em todo o território brasileiro, independentemente de cirurgias de redesignação sexual ou de tratamentos hormonais, e a despatologização da transexualidade, anteriormente considerada doença mental, pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Entretanto, entre 01/10/2020 e 30/09/2021, segundo relatório do TGEU (Transgender Europe)[1], o Brasil registrou 125 casos de assassinatos contra pessoas trans e travestis, em um total de 375 pessoas assassinadas no mundo. Esse valor coloca o nosso país em primeiro lugar no ranking mundial de homicídios contra pessoas trans e travestis, correspondendo a 41% de todos os assassinatos registrados.

É sabido também que ainda há muita subnotificação dos casos de homicídio contra pessoas transexuais, pois não há financiamento ou instituições governamentais que façam levantamento e acompanhamento dos dados. Grande parte dos já existentes são desenvolvidos por instituições não-governamentais e sem fins lucrativos, envolvidos com a temática de pessoas LGBTQIA+. Ainda segundo a ANTRA, a expectativa de vida de uma pessoa trans está em torno de 35 anos, sendo que para pessoas cisgêneras[2] brasileiras, em 2019, a média era em torno de 76,6 anos[3]. Além disso, ainda segundo a ANTRA, o número de crianças transgêneras assassinadas no Brasil caiu de 17 anos, em 2017, para 13 anos, em 2021[4].

[1] <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

[2] Pessoas cisgêneras são aquelas que se identificam com o gênero imposto ao seu nascimento, seja masculino ou feminino.

[3] <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>



[4] <https://antrabrazil.org/assassinatos/>

[5] <https://antrabrazil.org/noticias/page/2/>

Palácio Barbosa Lima, 28 de janeiro de 2022.



Tallia Sobral Nunes
Vereador Tallia Sobral - PSOL

